

Plano Nacional de Cultura em debate¹

Antonio Albino Canelas Rubim²

RESUMO: O texto assinala a importância do Plano Nacional de Cultura, atualmente em processo de debate na sociedade brasileira, buscando contribuir para seu aprimoramento. Ele discute as lacunas e as dificuldades teóricas e políticas observadas no texto.

PALAVRAS-CHAVE: Plano Nacional de Cultura, Políticas Culturais, Brasil, Governo Lula /Gil /Juca

National Culture Planning in debate

ABSTRACT: The text highlights the importance of the National Culture Planning, nowadays in debate process inside the Brazilian society, trying to contribute to its improvement. It discusses the gaps and the theoretic and political difficulties observed in the text.

KEYWORDS: National Culture Planning, Cultural Politics, Brazil, Lula/Gil/Juca

O debate em processo sobre o Plano Nacional de Cultura (PNC) condensa uma plêiade de possibilidades muito promissoras para as políticas culturais no Brasil. Pela primeira vez, em um período democrático, podemos ter um plano nacional de cultura. Nossa única experiência anterior de uma política de tal envergadura, que não tem sentido reivindicar por seu caráter autoritário, foi o projeto difundido no ano de 1975, em plena ditadura cívico-militar (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1975). Mas, conforme bem observa Isaura Botelho, é possível imaginar uma linha de continuidade entre

¹ Este texto foi escrito no segundo semestre de 2008 em uma versão inicial discutindo a primeira edição do documento intitulado Plano Nacional de Cultura. Diretrizes Gerais (2007). A segunda edição do documento, revista e atualizada em 2008, apresenta já algumas alterações. No essencial, ela atualiza os indicadores culturais e incorpora as observações do Conselho Nacional de Políticas Culturais (www.cultura.gov.br/cnpc). Entretanto, os temas convocados para debate permanecem, em boa medida, pertinentes. Assim, penso ter sentido publicar agora o texto em uma versão final.

² Professor da Universidade Federal da Bahia. Diretor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências. Docente do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade e membro do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Pesquisador do CNPq. Presidente do Conselho Estadual de Cultura da Bahia. E-mail: rubim@ufba.br

o atual PNC e o documento Diretrizes para a Operacionalização da Política Cultural de 1980, elaborado sob a inspiração renovadora de Aloísio Magalhães³.

Além deste caráter inaugural, o PNC pode dotar o país de políticas culturais de médio e longo prazo, enfrentando simultaneamente nossas três tristes tradições no campo das políticas culturais: ausência, autoritarismo e instabilidade (RUBIM, 2008). O PNC, inscrito na carta constitucional e com prazo de duração previsto para dez anos, configura, pela primeira vez, a possibilidade de uma política de Estado na cultura, que necessariamente transcende a temporalidade de governos. Simultaneamente, o PNC pode, deve e está sendo construído como política pública, porque está submetido ao crivo de uma discussão e deliberação públicas, que incorpora a participação ativa da comunidade cultural e da sociedade brasileira. Portanto, com esta conjunção o Brasil pode passar a dispor, ao final do processo, de uma política pública de Estado, vital para o desenvolvimento sustentável da cultura no país.

A história recente do PNC começa com a aprovação da emenda Constitucional 48, proposta pelo deputado Gilmar Machado (PT), e aprovada pelo Congresso Nacional em julho de 2005. Esta emenda inclui no artigo 215 da Constituição Federal a previsão de que o país terá um plano plurianual de cultura. Em março de 2006, os deputados Paulo Rubens Santiago, Iara Bernardi e Gilmar Machado apresentam o projeto de lei 6835 que propõe a aprovação do PNC. Em 2007, a Câmara dos Deputados e o Ministério da Cultura, em trabalho conjunto, formularam e colocaram em debate público as Diretrizes Gerais do PNC. O documento, disponibilizado no site do Ministério, foi colocado em debate público, com a possibilidade de receber críticas e colaborações pela rede. Durante o ano de 2008, o Ministério da Cultura e a Câmara dos Deputados realizaram seminários temáticos presenciais sobre as diretrizes e o PNC em inúmeras cidades brasileiras, em especial nas capitais dos estados, a exemplo de: Belo Horizonte, Fortaleza, São Luiz, Teresina, Curitiba, Natal, Salvador, Aracaju, Maceió, Recife, Macapá, Belém, João Pessoa, Florianópolis, Rio Branco, Cuiabá, Campo Grande e Palmas.

A realização aberta, democrática e qualificada deste processo de debate e decisão acerca do PNC pode garantir um patamar nunca antes vivenciado pelas políticas culturais

³ Gostaria de agradecer a leitura do texto em sua versão primeira e a observação de Isaura Botelho acerca deste ponto.

no país, apesar do formato organizacional escolhido para os seminários ter sido bastante rígido e induzir mesmo a uma discussão fragmentada e, por certo, empobrecida do Plano. Mas o debate público deve assegurar uma atuação articulada e consistente do Estado e da sociedade civil objetivando o desenvolvimento da cultura no Brasil e a sua inserção internacional em um mundo cada vez mais glocalizado.

Nesta perspectiva, o debate amplo e aprofundado do Plano parece vital para qualificar o processo. Este texto pretende exatamente isto: após constatar a relevância do PNC para as políticas culturais brasileiras, submeter à proposta inicial, disponibilizada para discussão pública pelo Ministério da Cultura, a uma avaliação crítica, buscando colaborar na construção coletiva deste dispositivo vital para a nação brasileira.

Observações iniciais

Os documentos, na primeira e na segunda edição das diretrizes gerais do PNC, estão organizados nos seguintes capítulos: “Introdução”; “O processo de elaboração do PNC”; “Valores e conceitos”; “Diagnósticos e desafios para as políticas culturais e estratégias gerais para o PNC”.

O seu processo de elaboração buscou levar em consideração um conjunto amplo de conteúdos oriundos de inúmeros debates realizados previamente a sua produção, tais como: os 20 encontros do seminário Cultura para Todos (2003); os materiais das Câmaras Setoriais (2004 / 2005) e as deliberações da I Conferência Nacional de Cultura (2005), além de estudos realizados pelo IPEA e investigações desenvolvidas pelo IBGE, a exemplo do Sistema de Informações e Indicadores Culturais (2006) e o Suplemento Cultura da pesquisa de informações básicas municipais (MUNIC), divulgada em setembro de 2007.

Este procedimento de construção permite uma recolha potencialmente democrática de um conjunto de demandas e contribuições emanadas da comunidade cultural e da sociedade civil. Porém, ele traz problemas que precisam ser enfrentados e resolvidos na confecção do documento. Ele, por sua força social e política, em muitos momentos, tende a transformar o documento em um amontoado disforme e dispersivo de conteúdos, por vezes repetitivo, das mais distintas reivindicações e visões, sem possibilitar uma estruturação mais orgânica que permita definição de prioridades, imprescindível a um plano consistente.

A existência de “sete conceitos e valores norteadores, 33 desafios e cinco estratégias gerais, que abrigam ao todo mais de 200 diretrizes” (MINISTÉRIO DA CULTURA E CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2008, p. 25) parece ser prova cabal da dificuldade do documento em lidar com esta complexidade de materiais, em propor e definir algum tipo de foco e prioridade para as políticas culturais no Brasil para os próximos dez anos.

A dificuldade de transformar a rica plêiade de demandas, expressão viva de uma política pública e democrática interessada e capaz de auscultar, em uma efetiva política cultural com prioridades e metas claras, compromete sobretudo o potencial de efetividade do plano, porque o impede de incorporar dispositivos consistentes de acompanhamento e avaliação de sua performance.

A situação torna-se ainda mais complicada, pois esta dispersão vem conjugada com um diagnóstico - frágil e fragmentado - que apenas tangencia, mas não é capaz de produzir uma análise consistente, ainda que sintética, da cultura e das políticas culturais brasileiras. Sem este diagnóstico rigoroso, a tarefa de definir os problemas mais substantivos a serem enfrentadas pelo PNC torna-se ainda mais distante. O plano fica impossibilitado de determinar com precisão os problemas, prioridades e metas. Por conseguinte, a construção de um sistema de acompanhamento e avaliação do PNC torna-se bastante problemática.

Esquecimentos e esquecidos

Existem alguns esquecimentos notáveis em um documento que pretende abarcar tantas demandas. Eles podem expressar o silêncio de alguns setores culturais, não tão participativos e ouvidos quanto outros, ou mesmo refletir escolhas políticas do Ministério. Um emblemático esquecimento é aquele relativo ao Sistema Nacional de Cultura, que vinha sendo construído pelo Ministério desde 2003 com uma adesão significativa dos estados e municípios brasileiros. No total, são apenas cinco citações nas 85 páginas do texto e todas elas tangenciais (MINISTÉRIO DA CULTURA e CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2007). Em alguns instantes do documento a evocação do SNC deveria ser obrigatória⁴. Por exemplo, tomando o documento de 2007, nas páginas 25 e 26 (sistema de acompanhamento e avaliação do PNC); 29 (co-responsabilidade de instâncias estatais e da sociedade civil);

55 (garantir a participação da sociedade civil na gestão das políticas culturais); 60 (discussão sobre financiamento); 61 (na divisão de competências entre órgãos federais, estaduais e municipais) e 65 (consolidar sistemas de participação social na gestão das políticas públicas). Um esquecimento tão evidente que parte importante das contribuições do Conselho Nacional de Políticas Culturais sobre o PNC versou sobre o tema (CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 2008).

Outro silenciamento relevante: muito pouco se tematiza da relação entre cultura e mídia. Isto é particularmente preocupante em um país no qual a televisão e o rádio têm um papel nada desprezível na configuração da cultura brasileira (RUBIM, A.; RUBIM, L.; 2008), inclusive porque são eles os equipamentos de produção e distribuição de bens simbólicos mais disseminados no país. Mais contemporaneamente, cabe registrar o avanço virótico da internet, impactando cada vez mais a cultura no mundo e no país. Apesar disto, o crucial tema da democratização da mídia praticamente só é citado duas vezes, nas páginas 61 e 62. Mesmo assim muito timidamente. Uma efetiva política de cultura inspirada na diversidade cultural não pode, sem mais, desconhecer a mídia. Por sua concentração e centralização, ela aparece como um dos obstáculos mais contundentes no país ao desenvolvimento da diversidade cultural. Por sua amplitude e potencialidades, ela apresenta-se como um formidável horizonte da diversidade cultural.

A atitude do documento é paradoxal, pois o Ministério tem, de modo corajoso, colocado em cena a temática da vital conexão contemporânea entre mídia e cultura. Foi iniciativa sua - abortada, é verdade - a proposição inovadora da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (ANCINAV), bem como o debate e a construção da televisão pública no país, com a instalação posterior e complicada da Empresa Brasil de Comunicação.

Outro esquecimento considerável: a ausência de uma atenção com a cultura das periferias urbanas brasileiras. Na página 48, por exemplo, logo depois de reconhecer que o Brasil “urbanizou-se rapidamente”, o documento prossegue: “Ao mesmo tempo, o Estado desassistiu as populações que vivem em pequenas cidades e regiões rurais”. Por certo, tais comunidades têm, muitas vezes, pouca assistência, mas isto não justifica a ausência, quase completa, de políticas culturais para imensas periferias urbanas. Um plano que pretende

⁴ As citações indicadas a seguir no texto se referem à primeira edição do PNC (2007).

traçar políticas para os próximos dez anos não pode, em hipótese alguma, não tratar devidamente estes territórios sócio-culturais fundamentais para o desenvolvimento do Brasil. O tema da periferia, sem dúvida, hoje adquire uma centralidade para as políticas públicas, inclusive culturais, no Brasil.

Singulares esquecimentos

A formação em cultura parece ser outro tópico que pode ser enquadrado entre os esquecidos, ainda que se trate de um “esquecimento” muito singular, pois existem muitas menções no documento acerca do assunto. Fala-se, por exemplo, em: formação artística (p. 30, 31, 34, 35, 71, 74); de gestores culturais nas regiões (p. 42); em cultura digital (p. 44); patrimonial (p. 64, 70); educação à distância (p. 67); de públicos (p. 72); especializada para variados segmentos (p. 72, 73); de professores de História (p. 73); crítica (p. 76); profissional (p. 77, 78, 79); de instituições culturais (p. 78); geral (p. 88), além de bolsas para formação (p. 73). Esta rica plêiade de citações pode sugerir que existe uma preocupação acentuada com a formação. Mas as citações conformam apenas uma atenção pontual que expressa o interesse disperso sobre o tema existente nas inúmeras áreas culturais. Mas o PNC não é capaz de produzir, por superação, uma proposta mais sistemática e consistência acerca da formação em cultura.

Cabe registrar que nesta esfera existe uma dívida histórica. Parece indubitável que a universidade brasileira, em especial a pública, tem prestado um bom papel no quesito da formação de pessoal de cultura, em particular para áreas voltadas para a: criação (cientistas, intelectuais e artistas); transmissão e difusão (professores e comunicadores); preservação (museólogos, restauradores, arquitetos); estudos (pesquisadores e críticos). Porém não se pode dizer o mesmo em relação aos chamados organizadores da cultura: formuladores e realizadores de políticas culturais, gestores, produtores, programadores, mediadores e animadores culturais. Só muito recentemente a universidade brasileira - pública e privada - teve interesse em montar cursos de graduação e de pós-graduação nestas áreas. Por exemplo, as primeiras graduações em produção cultural no país foram implementadas a partir de 1995 na Universidade Federal da Bahia e na Universidade Federal Fluminense.

Desde a inauguração, nos anos 30 do século XX, das políticas culturais no Brasil com os experimentos de Mário de Andrade no Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo (1935 – 1938) e de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde no Governo Getúlio Vargas (1934-1945) até praticamente os tempos presentes, o país conviveu com uma nítida carência de pessoal adequado e preparado para trabalhar a organização da cultura, nas dimensões antes indicadas.

A ausência de profissionais envolvidos na organização - estatal e privada - da cultura no Brasil é uma das realidades mais emblemáticas das políticas culturais no país. O PNC desconhece esta dívida histórica que exige um enfrentamento e superação radical, caso se pretenda colocar nossas políticas culturais em um outro patamar. Um programa ou um sistema nacional de formação, qualificação e atualização de profissionais em organização da cultura, a exemplo do que acontece com países como o México, confeccionado em conjunto com instituições universitárias, parece ser indispensável a um PNC que pretenda dar conta dos principais problemas que marcam e limitam a cultura no país. O esquecimento do tópico pessoal em discussões como a gestão pública e participativa (p. 51), ou o fortalecimento da ação do Estado no planejamento e execução das políticas culturais (p. 57), sem dúvida, torna-se sintomática nesta perspectiva.

Outro tema compartilha um esquecimento similar a este. Trata-se dos estudos e pesquisas em cultura, em particular daqueles dedicados ao campo da organização da cultura. Também neste caso notam-se diversas referências no texto e um olhar muito fragmentado, pois o assunto é sempre demandado por esferas culturais específicas: artes (p. 31, 34, 59); crítica (p. 46, 47, 67, 76); museus (p. 68); tecnologias para a cultura (p. 50); afro-brasileira (p. 67) e em geral (p. 65, 82).

Nas páginas 66 e 67, encontra-se uma das poucas passagens em que este olhar fragmentado parece superado. Cabe citar o trecho, pois ele poderá ser um embrião para uma atitude mais generosa e consistente de reconhecimento da relevância dos estudos e pesquisas para o desenvolvimento da cultura. Nele pode-se ler: “Fomentar, por meio de editais públicos e parcerias com órgãos de educação e pesquisa, a consolidação das atividades de grupos de estudos acadêmicos, experimentais e oriundos da sociedade civil organizada”.

Algumas questões teóricas

Não é mero preciosismo acadêmico ou intelectual exigir que um documento da importância política e cultural do PNC tenha consistência teórica e conceitual, pois este rigor é indispensável para qualificar o texto, potencializando mesmo sua funcionalidade política e cultural. Aliás, o ex-ministro Gilberto Gil proclamou: “Fazer política cultural é fazer cultura (GIL, 2003, p. 11). Assim, algumas observações acerca de abordagens teórico-conceituais devem ser tecidas.

Logo no início o documento busca explicitar que o Ministério da Cultura vem trabalhando com a cultura entendida com base em três dimensões constitutivas. Entretanto, tais dimensões sofrem uma mutação sem que exista nenhuma argumentação explicativa para isto. Nas páginas 12 e 13, dentre as dimensões da cultura constam: a simbólica, a cidadã e a econômica. Na página 27, tal elenco aparece transmutado em: expressão simbólica, direito de cidadania e vetor de desenvolvimento. Malgrado esta última formulação ser mais precisa seria necessário explicitar as razões da mudança. Ela, sem dúvida, seria bem vinda, pois potencialmente supera o economicismo inscrito na versão inicial e, mais que isto, amplia a terceira dimensão da cultura ao reivindicar uma relação com o desenvolvimento, que, por certo, não pode ser reduzido a um patamar apenas econômico, mas deve incorporar sentidos sociais, políticos e mesmo individuais. Mas na página 66, a trilogia reaparece com uma recaída economicista: “cidadania, pluralidade simbólica e economia da cultura”.

A tentação do economicismo, aliás, está muito presente nas contemporâneas discussões acerca da cultura e das políticas culturais. A essencial constatação que a cultura na contemporaneidade cada vez mais se torna **também** um fator econômico e produz emprego e renda, não pode servir para mais uma vez reduzir a cultura à economia, como muitas vezes aconteceu, inclusive entre setores ditos progressistas. Estar atento e forte a esta tentação é vital. Desse modo seria bem melhor, por exemplo, que na página 15, estivesse escrito: “As novas tecnologias digitais da comunicação e informação possibilitam uma **integração mundial** de características e alcance sem precedentes. Porém, este processo é acompanhado por profundos sentimentos de desconexão, insegurança e segregação”. E não apenas uma **integração econômica mundial**, inclusive porque tais

sentimentos não dizem respeito apenas a atitudes reativas às condições econômicas. Outro exemplo, de “ênfase” econômica indevida: porque falar somente em **desenvolvimento sócio-econômico**, como acontece nas páginas 23 e 77, e não em **desenvolvimento sustentável** ou **desenvolvimento sócio-econômico e cultural**?

Mesmo um conceito central como o de políticas culturais comporta ambigüidades no documento do PNC. O uso inconsistente da noção permite que se escreva, por exemplo na página 52: “58% dos municípios executam políticas culturais”. Possivelmente a informação do percentual não está errada, mas a inserção da noção políticas culturais no trecho induz a um significado incorreto. Se 58% dos municípios brasileiros tivessem efetivamente políticas culturais, a situação do país seria possivelmente bem melhor no campo da cultura. Por certo, o dado coletado e a informação a ser divulgada é que 58% dos municípios brasileiros executam ações culturais e não possuem por isto necessariamente políticas culturais. Mas a utilização sem consistência conceitual da expressão leva a produção de um sentido equivocado.

A rigor, política cultural não pode ser reduzida à idéia de ação cultural, ela é um conjunto articulado, continuado e sistemático de formulações e práticas, como assinalam diferentes autores, dentre os quais: Teixeira Coelho (1997), Alexandre Barbalho (2005) e Néstor Garcia Canclini (2001). Este último autor, por exemplo, escreve o seguinte sobre o assunto:

Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civis y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social. Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad (CANCLINI, 2001, p. 65)

Por conseguinte, a exigência de rigor teórico e conceitual não é um requinte acadêmico, fora de lugar, mas algo necessário para a compreensão mais consistente da realidade política e cultural. Um delineamento do campo de abrangência das políticas culturais pode ser encontrado em um texto anterior que esbocei sobre este tópico (RUBIM, 2007).

A noção de políticas públicas também não está apreendida em toda sua envergadura. Por exemplo, na página 55 está escrito: “Ao Estado cabe legislar, administrar e implementar **políticas públicas**, ao mesmo tempo em que é imprescindível convocar, valorizar e estimular as iniciativas e mobilizações no âmbito civil”. Tal trecho denuncia problemas, pois uma rigorosa noção de políticas públicas implica, sempre e necessariamente, na incorporação da participação e da deliberação públicas como momentos intrínsecos das políticas. Deste modo, falar de políticas públicas e de ao mesmo tempo convocar, valorizar e estimular iniciativas, no mínimo, deve ser considerado redundante, quando não equivocado.

Um outro aspecto que retém fragilidades teóricas é o que diz respeito à utilização da noção de diversidade cultural. Na página 28, o documento assinala a indissociabilidade entre natureza e cultura e logo depois recorre à biodiversidade como fonte de inspiração de políticas. A aproximação entre biodiversidade e diversidade cultural pode até ser explicada como recurso político para afirmar a diversidade cultural, dada a legitimidade atual alcançada pela luta em prol do meio-ambiente e da biodiversidade, mas este procedimento revela problemas nada desprezíveis.

François de Bernard, em interessante texto, afirma de modo contundente:

[...] não podemos aceitar que a diversidade cultural seja “natural” . Imaginar-se “reforçando-a” ao naturalizá-la – repatriando-a para a ordem da natureza – seria não somente ingênuo, mas também criminoso, de um ponto de vista filosófico e antropológico (BERNARD, 2005, p. 75-76).

A diversidade é do mundo da cultura, que supõe, para o mal e para o bem, na sua constituição, um processo de descolamento e de separação da natureza. Já a biodiversidade está inscrita na natureza. Enquanto o verbo mais adequado para a biodiversidade é preservar, para a diversidade cultural o verbo mais pertinente a ser acionado é promover e não apenas preservar.

A pretensa indissociabilidade entre cultura e natureza conduz a um predomínio enviesado da preservação sobre a promoção, confeccionando inclusive trechos paradoxais, como acontece na página 37, na qual se pode ler: “[...] **preservar a dinâmica transformadora** da cultura popular”. Ou ainda na página 41, quando se escreve tão somente: “[...] **conservação e proteção** do extenso patrimônio cultural afro-brasileiro e

quilombola”. Contra esta visão estacionária de manutenção, de ênfase demasiada na conservação, o PNC deve se insurgir e reivindicar uma atitude mais dinâmica e ativa, que proponha antes e primordialmente o desenvolvimento da diversidade cultural.

Políticas e valores

Outras dimensões relativas à diversidade cultural precisam ser assumidas em toda a sua complexidade no documento. Não cabe afirmar unilateralmente, como ocorre na página 63, que o Brasil “[...] possui experiência histórica de negociação da diversidade e de reconhecimento de seu valor simbólico”, sem alertar que o país também comporta outras tradições que se inscrevem exatamente na contramão da capacidade de negociar e de reconhecer a diversidade. Afinal não se pode ancorar uma política para a diversidade cultural em concepções tão frágeis da história e da sociedade brasileiras. Esquecer as tensões, conflitos, contradições, antagonismos e lutas que permeiam toda a trajetória da nação brasileira, não constitui um bom alicerce para a construção do PNC. O Brasil precisa ser retido em toda a sua tensa complexidade: com suas barbáries e atos civilizatórios; com seus autoritarismos e atitudes democráticas; enfim, com suas regressões e utopias.

Os riscos de visões unilaterais são muitos e provém de variadas fontes. A recente hegemonia do “pensamento único” deixou marcas profundas no ambiente político e cultural internacional e nacional. Evelina Dagnino (2005), em excelente texto, apontou algumas das reconversões discursivas ocasionadas no país pelo domínio da dicção neoliberal. Uma delas foi intitulada de “ongnização” da sociedade civil. Ou seja, a complexa composição da sociedade civil inscrita no pensamento democrático de luta contra a ditadura, no qual despontam múltiplos atores, tais como: sindicatos, associações de variados tipos, entidades estudantis e comunitárias, movimentos sociais, instituições ambientalistas e inclusive ongs, é substituída, sem mais, pela quase exclusiva atenção com as ongs, como se elas fossem a (totalidade da) sociedade civil. O risco da “ongnização” habita muitos espaços do texto, como se pode perceber na leitura mais atenta das páginas 40, 55 e 87. Estar atento e firme com relação às contaminações do texto, muitas vezes indesejadas, deve ser algo obrigatório para uma conformação democrática do PNC.

Por fim, chega-se a um terreno essencial das políticas culturais: o horizonte dos valores, que, infelizmente, tem sido tão desprezado na reflexão, na formulação e na realização destas políticas na contemporaneidade. A resistência às experiências autoritárias do estado brasileiro misturadas, no tempo recente, à pregação neoliberal de um estado mínimo configuraram um ambiente de perigosa suspeita acerca de toda e qualquer atuação do estado na totalidade das esferas sociais e mesmo na cultura. O ex-ministro Gilberto Gil em seus discursos programáticos fez referências à necessidade de que o Estado passasse a ter um papel ativo no campo das políticas culturais (GIL, 2003, p. 11, 23, 24, 27, 49), por contraposição à quase ausência do estado e presença forte de mercado, via leis de incentivo fiscal, no governo FHC / Francisco Weffort (CASTELLO, 2002).

A imperiosa necessidade de pensar e de repensar o papel do Estado na cultura praticamente não se encontra contemplada no documento. Tangencialmente este tema essencial aparece no capítulo intitulado “Valores e conceitos”, que abrange apenas as páginas 27, 28 e 29. E não emerge de modo consistente como seria fundamental. A começar por uma afirmativa, na página 28, que reúne, sem mais, governos e empresas. Nela está escrito: “Não cabe aos governos e às empresas conduzir a produção da cultura [...] impondo-lhe hierarquias e sistemas de valores”. Em seguida, são listadas as pretendidas atribuições do Estado na cultura: “permanentemente reconhecer e apoiar”; promover “o direito à emancipação, à autodeterminação e à liberdade de indivíduos e grupos”; “estabelecer condições para que as populações que compõem a sociedade brasileira possam criar e se expressar livremente a partir de suas visões de mundo, modos de vida, suas línguas, expressões simbólicas e manifestações estéticas”. E mais: “O Estado deve garantir ainda o pleno acesso aos meios, acervos e manifestações simbólicas de outras populações que formam o repertório da humanidade”. Enfim, como sintetiza o título do valor de número cinco: “O Estado deve atuar como indutor, fomentador e regulador das atividades, serviços e bens culturais”. Na página seguinte, está escrito que o “Ministério não pode ser identificado exclusivamente como um mero repassador de recursos”, que ele deve ser um “agente ativo e indutor” na “formulação de políticas públicas e de sua execução”.

A tematização aligeira de algo tão fundamental e, por certo, polêmico como o papel do Estado na cultura não permite um enfrentamento rigoroso e corajoso desta questão crucial para o PNC: quais os lugares e papéis do Estado (em todos os seus patamares:

nacional, estaduais e municipais), da sociedade civil e da iniciativa privada no campo cultural? Circunscrever o papel do Estado a um mero, mas relevante, suporte do desenvolvimento de atividades culturais oriundas da sociedade pode, pretensamente, configurar uma solução, ainda que marcada pela atitude defensiva e mesmo pelo signo do medo. Sem dúvida, o estado pode e deve desempenhar este papel de instrumento. A questão é saber se o papel do Estado, em sua modalidade democrática, pode ser circunscrito a isto.

De imediato, muitas questões aparecem em cena. O Estado pode deliberadamente, por uma decisão informada por um patamar iluminista, hoje obsoleto e criticado, se destituir de valores? Depois de todo pensamento crítico a um racionalismo transbordante de fé na razão é possível acreditar ingenuamente nisto? Será que todo e qualquer agente social, de modo imanente, não possui sempre poder e irradia, consciente ou inconscientemente, valores? É possível ou desejável uma atitude pretensamente neutra, que trata todos os valores como legítimos e possíveis?

Emergem muitos e vitais problemas. Ao abdicar de intervir no campo dos valores sociais, o Estado pode efetivamente desenvolver políticas culturais? Será que tal atitude não está em total contradição com a pretendida abordagem ampliada da cultura, dado que os valores estão inscritos neste campo? Será que existe política sem acionamento de valores? Enfim, cabe perguntar: o Estado pode e deve abdicar de fazer política?

Referências

BARBALHO, Alexandre. Política cultural. In: RUBIM, Linda (Org.). **Organização e produção da cultura**. Salvador: Edufba, 2005, p. 33-52.

BERNARD, François de. Por uma redefinição do conceito de diversidade cultural. In: BRANDT, Leonardo (org.) **Diversidade cultural**. São Paulo: Escrituras / Instituto Pensarte, 2005, p.73-81.

CANCLINI, Néstor Garcia. Definiciones em transición. In: MATO, Daniel (Org.) **Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales em tiempos de globalización**. Buenos Aires: Clacso, 2001, p. 65.

CASTELLO, José. Cultura. In: LAMOUNIER, Bolivar e FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.) **A era FHC**. São Paulo: Cultura, 2002, p. 627-656.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. Cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1997.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS. **Revisões de texto realizadas pelo Conselho Nacional de Políticas Culturais.** Brasília, junho de 2008.

DAGNINO, Evelina. Políticas culturais, democracia e projeto neoliberal. In: **Revista Rio de Janeiro**, (15), p. 45-65, janeiro / abril de 2005.

GIL, Gilberto. **Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil.** Brasília, Ministério da Cultura, 2003.

MINISTÉRIO DA CULTURA e CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Plano Nacional de Cultura.** 1. ed. Brasília, Ministério da Cultura / Câmara dos Deputados, 2007.

MINISTÉRIO DA CULTURA e CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Plano Nacional de Cultura.** 2. ed. revista e ampliada. Brasília, Ministério da Cultura / Câmara dos Deputados, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Política Nacional de Cultura.** Brasília, Ministério da Educação e Cultura, 1975.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais: entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.) **Teorias e políticas da cultura.** Visões multidisciplinares. Salvador: Edufba, 2007, p.139-158.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais do Governo Lula / Gil: Desafios e enfrentamentos. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas e BAYARDO, Rubens (Orgs.) **Políticas culturais na Ibero-América.** Salvador: Edufba, 2008, p.51-74.

RUBIM, Antonio Albino Canelas e RUBIM, Lindinalva. Televisão e política cultural no Brasil contemporâneo. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas e RAMOS, Natália (Orgs.) **Estudos da cultura no Brasil e em Portugal.** Salvador: Edufba, 2008, p. 183-215.